

MARX E A QUESTÃO DA HISTÓRIA SOB DOIS ENFOQUES: evolução e repetição

*Eduardo Chagas**

1 - Introdução

Este pequeno trabalho não pretende, de modo algum, constituir uma apresentação exaustiva da teoria marxiana da história. Temos apenas a intenção de explicitar, a partir do livro *As Formas da História*, de C. Lefort, alguns elementos configuradores da temática em questão. Sem, no entanto, cairmos em esquemas simplistas e toscos que a grande maioria de autores apresentam. Nosso escopo é, ao contrário, mostrar que MARX atribui uma acepção diversificada à história, quer seja em suas análises sobre as sociedades pré-capitalistas, quer seja sobre a sociedade burguesa.

A afirmativa de que as formações asiática, antiga, feudal e burguesa representam etapas de progressão não implica, contudo, numa concepção unilateral e singela da história, nem resulta na acepção primária de que toda história é progresso. Apenas reconhece, isto sim, que cada uma destas formações cada vez mais se afasta, em aspectos cruciais, da situação primitiva do homem. Às diversas rupturas ocorridas no interior das sociedades comunais não correspondem, para MARX, etapas de uma história sucessiva, pois não somente o modo de produção asiático coexistiu em todos os demais, como também não há referência de que o modo antigo de produção tivesse evoluído deste.

Antes de principiarmos a exposição propriamente dita, convém esclarecer alguns pontos quanto ao método. Primeiramente, este trabalho não entra no debate quanto à relação entre o “jovem” e o “velho” MARX - em que sentido eles se chocam ou coincidem, e qual representa o “verdadeiro” MARX. De modo geral, não nos ocuparemos dessas questões, nem examinaremos o desenvolvimento da concepção

* Professor da Universidade Federal do Ceará.

materialista da história. Em segundo lugar, trataremos apenas da própria teoria da história de K. MARX, e não de interpretações posteriores. Por conseguinte, não pretendemos exaurir todas as questões referentes a essa teoria. Almejamos apenas delinear algumas reflexões básicas em torno do assunto ora em questão.

2 - Acepção Marxiana da Dualidade Histórica nos Modos de Produção Pré-Capitalistas.

A formulação sobre as periodizações ou divisões históricas encontra-se no prefácio da Crítica à Economia Política, da qual os *Grundrisse* constituem esboços preliminares. Nesta obra, MARX consagra um capítulo sobre as formações pré-capitalistas, e investiga as determinações específicas de cada uma dentre essas formações, evidenciando o grau de similitude ou de oposição delas em relação à sociedade industrial moderna. As formações pré-capitalistas, diz MARX, não erigem meras fases históricas patenteadas empiricamente no tempo mas formam uma totalidade complexa, cuja especificidade é explicitada a partir da instauração do modo de produção burguês. Mediante esta configuração histórica, determinada pela dicotomia entre trabalho e capital, é possível apreender os elementos constituidores dos modos de produção asiático, antigo e feudal.

Na comunidade tribal, a conexão do indivíduo com as condições objetivas de seu trabalho é lograda pela propriedade¹. Esta é para ele a *conditio sine qua non* de seu trabalho, pois, só no momento em que participa da comunidade é que trabalha. “Cada indivíduo - assevera Marx - só detém o estatuto de proprietário ou de possuidor enquanto membro

¹ O conceito de propriedade não deve ser depreendido a partir de uma dada forma particular, como, por exemplo, a da propriedade privada. Propriedade, como advoga Marx, “significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como pré-requisitos naturais de si mesmo, que constituíram, assim, prolongamentos de seu próprio corpo”. MARX, *As Formações pré-capitalistas*, p. 85.

da comunidade”². Daí que a propriedade, na qual o indivíduo participa enquanto membro, não pertence a ele isoladamente mas à coletividade. Nesse primeiro período, frisa MARX, o indivíduo, agrupado em comunidade tribal, vive da caça, da pesca, da cria de gado e, nos estágios mais desenvolvidos, da agricultura. Ele não está, pois, segregado das condições objetivas para a execução do trabalho, porque possui o grande laboratório, o arsenal que fornece ao mesmo tempo os materiais, os meios de trabalho e a residência, que é precisamente, a terra, quer seja na forma de pequena propriedade do solo, quer seja na forma de propriedade coletiva. Em ambos os casos, porém, o indivíduo é proprietário das condições objetivas de seu trabalho e da atividade produtora e reprodutora dos meios necessários à sua vida. Segundo LEFORT, a propositura precípua de MARX, aqui é explicitar, a partir dessa configuração societária, a gênese dos modos de produção asiático, antigo e feudal, nos quais se assentam rasgos complexos e específicos.

O modo de produção asiático emerge, por sua vez, como corolário das alterações sucedidas no protótipo primitivo, cuja fundamentação é a ausência da propriedade da terra. A decomposição da comunidade natural se efetiva, pois, no momento em que as pequenas comunidades são incorporadas a um órgão superior. Dentro desse contexto, patenteia-se formas de poder centralizado, que MARX designa de “despotismo oriental”. Este poder centralizador, que é o poder do déspota, não está sobreposto à sociedade, ao contrário, seu advento encerra uma forma de comunidade superior em relação à precedente. “A partir daí - sublinha LEFORT - estamos às voltas com uma formação - o despotismo oriental - na qual as comunas e seus membros [estão] privados da propriedade da terra e junto com elas [se tornam] a propriedade do soberano (figura real e imaginária); trata-se, em certo sentido, de uma escravidão generalizada”³. Porém, semelhante escravidão, adverte, distingue-se da forma instaurada nas sociedades da Antiguidade, porque não há de forma explícita a diferença entre o escravo

² “Marx: de uma visão da história a outra”. In: LEFORT, *As formas da História*, p. 215

³ *Ibidem*, p. 216

e o indivíduo livre, nem tampouco o indivíduo se encontra truncado de sua comunidade, uma vez que subsiste como membro dela.

O que especifica, antes de tudo, o modo de produção asiático, como já assinalamos, é a ausência da propriedade particular do solo. Este é, na verdade, propriedade comunitária e quem trabalha nele tem apenas a posse - e não a propriedade - do arado enquanto condição e meio de produção; destarte, a terra é considerada propriedade coletiva. Por esse fato, a comunidade preserva uma força de coesão essencial, capaz de resistir às lutas mais sangrentas. MARX acrescenta que a unidade dessa sociabilidade é auferida pela auto-suficiência da manufatura e da agricultura, a qual contém todas as determinações para a produção e reprodução de excedentes no âmbito dela própria, recalcitrando, assim, à desintegração e à evolução econômica mais intensamente que as outras formações precedentes.

A segunda formação social investigada por MARX é o modo de produção antigo, que é engendrado em decorrência, mormente, da ampliação do número de proprietários, da invasão de novas terras por meio da guerra, da utilização de uma mão-de-obra de escravos, do desenvolvimento de atividades comerciais e artesanais e da exploração independente do solo. A história dessa constituição social, segundo MARX, configura-se a partir das alterações substanciais, históricas, locais, etc., dado que a mesma resulta “de uma vida histórica mais movimentada, de um concurso de fatalidades e de transformações sobrevindas no seio das tribos primitivas”⁴. Em decorrência de tais vicissitudes, a comunidade não mais pressupõe imediatamente a terra como a sua base central, mas a cidade ou, melhor dizendo, o Estado. Neste, o indivíduo⁵ não se comporta como um acidente puramente natural, mas sim como um proprietário livre e independente das cadeias naturais; adstrito, portanto, a todos os outros por um nexo de reciprocidade.

⁴ “As formações Pré-capitalistas”, In: LEFORT, Op. cit., p. 217

⁵ O indivíduo enquanto trabalhador é, para MARX, um produto histórico, pois, por estar vinculado naturalmente à terra, não tem o estatuto de trabalhador, e sim de proprietário das condições objetivas de seu trabalho.

O surgimento das pequenas explorações agrícolas, a rigor independentes dos colonos e semicolonos, marca, precisamente, o prenúncio da desagregação do modo de produção antigo e da manifestação das premissas do modo de produção feudal. “Se a Antigüidade origina-se da cidade com seu pequeno território - salienta MARX -, a Idade Média tem o campo como ponto de partida”.⁶ O estágio medieval é determinado, essencialmente, pelo desenvolvimento das relações sociais de produção circunscrito à terra e pela preponderância da grande propriedade fundamentada na espoliação dos camponeses, que dependem pessoalmente dos proprietários, porquanto o principal meio de produção, a terra, não pertence aos produtores diretos, camponeses e artesãos, mas aos senhores feudais; conseqüentemente, a posse destes sobre ela constitui o substrato do regime feudal na Idade Média.

Após analisar o caráter específico desses modos de produção, MARX designa duas particularidades similares entre eles: primeiro, a apropriação das condições naturais do trabalho, da terra, apropriação que não é o resultado do trabalho, mas sua condição; segundo, a relação do indivíduo à terra é mediatizada pela existência natural dele como membro da comuna. Simultaneamente, MARX atribui através de tais modos de produção duas interpretações à história: uma evolutiva, regida pelo desenvolvimento das forças produtivas, e uma repetitiva, erigida pela inalteração da organização social.

Segundo LEFORT, esta primeira interpretação marxiana da história, fundamentada pela autonomia das forças produtivas, contrapõe-se à acepção, também de MARX, segundo a qual a produção pré-capitalista está subordinada às determinações sócio-naturais da comunidade. Para MARX, assegura LEFORT, “as condições primitivas da produção não [podem] ser produtos ou resultados da produção tanto quanto, aliás - e se trata da mesma coisa - a reprodução de seres humanos, cujo número [aumenta] pelo processo natural dos sexos”.⁷ Tais “condições

⁶ MARX, *As Formações Pré-capitalistas*, p. 116.

⁷ LEFORT, *Op. cit.*, p. 221.

primitivas” não cessam de ser determinantes, enquanto se processa o desenvolvimento das forças produtivas. Este, entretanto, altera apenas o arranjo no interior das relações sociais, não a forma genuína da comunidade.

Considerando o esquema da história evolutiva, LEFORT adverte que a destruição ora lenta, ora abrupta, do estabelecimento humano, designa apenas o indício de uma contradição inexequível entre os indivíduos e sua base real, isto é, a terra. “A mudança - frisa ele - não poderia fazer com que os homens se percebam destacados da terra e desligados uns dos outros (mesmo quando se opõem como senhores e escravos)”.⁸ De qualquer maneira que se efetue a destruição do estabelecimento humano, quer seja pelo digladiamento entre comunidades estrangeiras, quer seja por erosão das instituições, a forma própria da existência humana não é convertida. Todavia, há, entre as formações pré-capitalistas, uma que põe a MARX uma determinação particular, levando-o a desenvolver o esquema de uma história repetitiva. De fato, o modo de produção asiático inverteu não apenas a idéia de uma continuidade do processo histórico, como também a da inelutabilidade da vicissitude social, conforme o protótipo da história evolutiva.⁹

Com efeito, estas reverberações permitem a MARX distinguir, como foi supracitado, dois esquemas históricos: um fundamentado pela mudança constante no modo de produção; outro caracterizado pela imobilidade da estrutura sócio-econômica. Por isso, MARX reconhece que o processo de decomposição do estabelecimento humano confronta-se com a resistência quase insuperável de uma estrutura social, como, por exemplo, a da sociedade asiática. Na verdade, diz LEFORT, MARX “concebe um tempo histórico endógeno, tempo de uma reprodução das relações sociais impressas em sua forma que opõe a um tempo exógeno,

⁸ LEFORT, Op. cit., p. 223.

⁹ As sociedades asiáticas, frisa MARX, ocultaram sua própria história, pois nem as convulsões sociais, nem as coerções, nem o desenvolvimento das forças produtivas, foram susceptíveis para decompô-las.

tempo do surgimento dos acontecimentos que levariam necessariamente de roldão todo edifício estabelecido”¹⁰. Sendo assim, MARX, ao analisar os fenômenos das sociedades pré-capitalistas, é instigado a refletir a história sob dois aspectos: repetição e evolução.

3 - Ambigüidade da História da Sociabilidade Burguesa

No âmbito do feudalismo surgem as condições para um saldo qualitativo no desenvolvimento das forças produtivas, mormente com o aparecimento da produção mecanizada. A partir desta inaugura-se uma acepção da história inteiramente nova, fundamentada pelo antagonismo entre meios de produção e trabalho assalariado, entre capital e trabalhador livre. MARX, ao perquirir a gênese deste sistema de produção, reintroduz a distinção entre os dois tipos de história, a saber: repetitivo e evolutivo.

Precisamente, nos capítulos XVI, XVII e XVIII do Primeiro Livro de **O Capital**, referentes, respectivamente, à cooperação, à manufatura e à grande indústria, MARX explicita o caráter revolucionário do modo de produção burguês em oposição a todos os modos de produção precedentes, que eram conservadores. A cooperação capitalista, evidencia MARX, em sua primeira fase, teve como escopo suprimir a diferença qualitativa entre os trabalhos individuais, instituindo, assim, um trabalho social médio como, *conditio sine qua non* da universalização do mercado. Este empobrecimento do trabalhador a simples força de trabalho e inteiramente despojado de seus meios de produção dissolveu definitivamente a forma social na qual se travavam relações de dependência e os trabalhadores permaneciam combinados com seus meios de produção.

A cooperação capitalista, segundo MARX, distingue-se de todas as antigas formas de cooperação, bem como dos tipos de produção fundados sobre a pequena propriedade independente, uma vez que estas fundamentam-se na “propriedade comum das condições de produção e no fato de que cada indivíduo adere ainda à sua tribo ou à comunidade

¹⁰ LEFORT, op. cit., p. 225.

tão fortemente como uma abelha a seu enxame. Ambos diferenciam-se da cooperação capitalista”¹¹. Nesse confronto, a forma capitalista pressupõe, ao contrário, desde o princípio, o trabalhador livre, que vende a sua única mercadoria, a força de trabalho, ao capitalista em troca de meios de subsistência para o consumo imediato.

A cooperação, fundamentada na divisão social do trabalho, assume sua forma clássica na manufatura. Como característica específica do processo de produção capitalista, a manufatura origina-se de modo duplo: de um lado, ela parte - menciona MARX - da combinação de ofícios autônomos de diferentes espécies, que não são despidos de sua autonomia e tornados unilaterais até o ponto em que constituem apenas operações parciais que se complementam mutuamente no processo de produção de uma cínica e mesma mercadoria. De outro lado, ela parte da cooperação de artifícios da mesma espécie, decompõe o mesmo ofício individual em suas diversas operações particulares e as isola e as torna autônomas até o ponto em que cada uma delas torna-se função exclusiva de um trabalhador específico.”¹² Qualquer que seja seu ponto particular de partida, ela produz, de fato, a virtuosidade do trabalhador detalhista, ao reproduzir, dentro da oficina, a diferenciação naturalmente desenvolvida dos ofícios, mas por outro, reduz a atividade do trabalhador a uma função parcial e sua força de trabalho se transmuda por toda vida em órgão dessa função parcial.

Mas tão logo as diversas operações de um processo de trabalho se dissociam e cada operação parcial adquire na mão do indivíduo parcial a forma mais adequada, tornam-se necessárias modificações nas ferramentas anteriormente utilizadas. Nomeadamente, a cooperação simples, por exemplo, converte-se em manufatura capitalista propriamente dita, na qual se explicita a decomposição, ou dissolução da atividade humana, separando-a dos seus meios de produção. Nesta, frisa MARX, não só a atividade é seccionada e repartida entre diversos indivíduos,

¹¹ MARX. *O Capital*. Vol. I, Livro Primeiro, Tomo I, p. 265.

¹² *Ibidem*, p. 268.

como também o próprio indivíduo é mutilado e metamorfoseado em “motor automático” de operações mecânicas. Esse empobrecimento das potencialidades intelectivas do indivíduo é condicionado, contraditoriamente, pelo enriquecimento do capital enquanto força produtiva. Portanto, a manufatura não só aumenta a riqueza do capitalista, à custa da espoliação da força de trabalho, como também trunca o próprio indivíduo.

Na manufatura, a operacionalização do processo social de produção é puramente subjetivo. Com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII, e com a crescente produção mecanizada¹³, na primeira década do século XIX, o princípio subjetivo da produção é substituído por um princípio objetivo. MARX assevera: “Na manufatura, trabalhadores precisam, individualmente ou em grupo, executar cada processo parcial específico com sua ferramenta manual. Embora o trabalhador seja adequado ao processo, também o processo é adequado antes ao trabalho. Esse princípio subjetivo da divisão é suprimido na produção mecanizada”¹⁴. A partir desta forma de produção surge, por sua vez, um organismo de produção completamente objetivo, impessoal, inumano, no qual o trabalhador, além de perder a sua habilidade, despoja-se do existente coletivo que anteriormente estava aglomerado, e a divisão social do trabalho passa a obedecer às necessidades cegas do desenvolvimento tecnológico. Neste sentido, não é mais a produção que se acopla às aptidões subjetivas do indivíduo, mas é este que se acomoda aos fatores objetivos do processo produtivo.

O princípio objetivo da divisão social do trabalho é, destarte, ao mesmo tempo gerador de uma transmutação contínua do modo de produção e de uma interação recíproca entre as diversas atividades que

¹³ MARX, em **O Capital**, polemizando com John Stuart Mill, salienta que a utilização da maquinaria - sistema de máquinas - não teve como finalidade aliviar a labuta diária do ser humano, mas sim baratear o custo da mercadoria e encurtar o tempo da jornada de trabalho.

¹⁴ MARX. **O Capital**. Vol. II, Livro Primeiro, Tomo 2. p. 13.

fazem surgir a unidade do trabalho social, fundamental para o desenvolvimento da produção mecanizada. Esta descrição do modo de produção fundado sobre a grande indústria tem como suporte a revolução constante do modo de produção e de todas as instituições, uma vez que a indústria não considera nunca como definitivo o modo capitalista de produção e reprodução social. Poder-se-ia, então, asseverar que aqui há, de uma maneira geral, uma asserção da história regida pela lógica da revolução, que MARX a explicita como um percurso evolutivo que vai das formas simples a formas cada vez mais complexas. Por outro lado, podemos assegurar também que MARX, na verdade, concebe uma imagem contraditória à sociabilidade burguesa, porque tal sociabilidade anuncia a dissolução de todas as formas tradicionais de produção e reprodução, mas, simultaneamente, refugia-se em modelos do passado ou deixa-se enfeitiçar pelos espíritos dos mortos.

Ao diligenciar a lógica interna da sociabilidade burguesa, MARX evidencia que a natureza específica dela reside no fato de que as relações de produção entre as pessoas não são estabelecidas apenas pelas coisas, mas através de coisas. É, precisamente, isto que consagra às relações de produção entre as pessoas uma forma reificada e gesta o feticismo da mercadoria. A retificação das relações de produção entre as pessoas, que é complementada pela personificação das coisas, garante à dita sociedade maior durabilidade e estabilidade. Por isso, para MARX, a história que aí se desenvolve acha-se regida pela lógica da repetição.

A acepção da história sob o esquema da repetição se fundamenta, como vimos, a partir das determinações fundantes da sociabilidade capitalista, as quais mascaram as relações sociais entre os homens e a realidade, atribuindo-lhes um caráter coisal, destituindo-as de seu aspecto histórico. LEFORT, a partir desta análise, salienta que o processo de coisificação das relações de produção “enraiza (...) a mistificação na movimentação da formação do capital, mostra como ela se engendra e se condensa em cada um dos seus momentos, de sorte que a história ou a gênese das relações sociais se acha inteiramente oculta e que estas relações são, em sua própria realidade, destacadas dos homens vivos, não mais

seu produto, mas um mecanismo que detém o princípio de sua repetição”¹⁵ (grifo nosso). É assim, portanto, que o processo capitalista mascara o caráter histórico e humano da vida social, transformando o homem em elemento passivo, em espectador de um drama que se renova continuamente e no qual os únicos entes realmente ativos são as coisas inertes; quer dizer, tanto os objetos do trabalho humano como o próprio homem tornam-se coisas, a ponto destas aparecerem como entidades autônomas sobrepostas à realidade humana.

Munidos dessa sumária exposição das grandes linhas deste trabalho, podemos concluir afirmando que tanto nas obras de juventude quanto nas de maturidade, MARX formula uma acepção dual da história da sociabilidade burguesa, ora rejeitando o esquema evolucionista, ora restabelecendo-o. MARX afirma, por exemplo, que a instauração desta sociedade consente em apreender as determinações inerentes à estrutura de todas as sociedades precedentes, que profere a chave delas tal como a anatomia do homem concede a do macaco, mas, por outro, diz que as categorias fundantes dela só têm substancialidade dentro de seus limites. Além disso, acrescenta que a história dessa sociabilidade se plasma a partir da dissolução de todas as formas tradicionais de produção e representação porém, respectivamente, a mesma dissimula o seu próprio desenvolvimento histórico, refugiando-se nos arquétipos do passado, com intuito de eternizar sua própria constituição. Neste sentido, podemos assegurar que MARX depreende o curso da história como uma sucessão ao mesmo tempo contínua e descontínua, na qual os fatores de estagnação e vicissitude entram em contradição recíproca.

¹⁵ LEFORT, Op. cit. pp. 234-35.

4 - Bibliografia

- ASSOUN, Paul-Laurent. **Marx et la répétition historique**. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- DOMINGOS, Ivan. **O grau zero do conhecimento: o problema da fundamentação das ciências humanas**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- FAUSTO, Ruy. "Para uma crítica da apresentação marxista da história. Sobre a sucessão dos modos de produção". In: **Marx - Lógica e Política**. Tomo II, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- LEFORT, C. **As formas da história**. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- MARX, K. **As formações pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1964.
- _____. **Elementos fundamentales para la critica de la economia politica** (Grundrisse). México: Siglo Veintiuno, 1987.
- _____. **O Capital**. Editora Nova Cultural. São Paulo: 1985. Vol. I e II.
- _____. **O 18 Brumário e cartas a Kugelmann**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- _____. **Manifeste du Parti Communiste**. Pekin: Editions in Langues Etrangeres, 1973.
- _____. **La guerre civile in France**. Pekin: Editions in Langues Etrangeres, 1972.
- ROSDOLSFY, Roman. **El capital de Marx**. México: Siglo Veintiuno, 1978.